

A REALIDADE ESCOLAR E O ENFRENTAMENTO AS SITUAÇÕES DE DEPENDÊNCIAS E CONSUMO DE DROGAS¹

Maria de Freitas Lorenzetti²

RESUMO

O presente artigo visa compreender e analisar as estratégias que a escola vem realizando para o enfrentamento das situações de dependência e consumo de drogas no âmbito escolar, a vulnerabilidade social como fator de preocupação perante o contexto que a escola vive a desigualdade social que preocupa não só a comunidade escolar, mas que também reflete sobre o social, principalmente nas famílias. Políticas Públicas ainda se ressentem de uma ação mais expressiva e efetiva para amenizar os riscos que os jovens de famílias empobrecidas, marcadas pela miséria, pela precariedade das condições de vida, pela instabilidade dos laços afetivos gerados pela exclusão e desigualdade social, conduzem muitos jovens a se constituírem em presas fáceis dos interesses que envolvem o mundo das drogas e da criminalidade. Esta pesquisa tem como objetivo apontar as vulnerabilidades da família que, desassistida pelas políticas públicas, se vê impossibilitada de responder às necessidades básicas de seus membros. O envolvimento dos jovens no consumo de drogas na escola e as estratégias institucionalizadas realizadas pelas escolas para trabalhar as situações de dependência e consumo de drogas. Trata-se de um estudo exploratório, descritivo numa abordagem qualitativa. Os resultados mostram que a partir dos dados coletados, a escola apresenta dificuldade em aceitar a condição apresentada pelos jovens por não saber como lidar com essa problemática.

Palavras-chave: Juventude. Realidade Escolar. Vulnerabilidade Social.

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Educação e Direitos Humanos: escola, violências e defesa de direitos, da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. Orientadora: Elivete C. de Andrade, mestre. E.mail: Elivete.Andrade@unisul.br

² Acadêmica do Curso de Pós-Graduação em Educação e Direitos Humanos: escola, violências e defesa de direitos. Aluna Maria de Freitas Lorenzetti. E.mail: mary_lorenzetti@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O uso de drogas é um fenômeno sociocultural complexo, que nos permite afirmar que se trata de uma realidade desafiadora que exige um trabalho interdisciplinar e interinstitucional em nossa sociedade.

Existem vários tipos de drogas inseridos na sociedade, presentes no cotidiano dos jovens e muitos acabam sendo conduzidos para o consumo devido aos estímulos sociais.

As características próprias da juventude: a curiosidade, o desafiar-se, a busca por um estilo que o diferencie, a ousadia, sensações de prazer imediato, dentre outras conduz muitos adolescentes para caminhos que os direcionam ao experimento de diferentes sensações.

Outro aspecto que estimula os jovens a aproximação com as drogas é o estilo de lazer que a sociedade proporciona e as práticas sociais estimuladoras do consumo desenfreado do álcool, enquanto uma droga lícita.

Somos resultado de uma cultura onde a presença do álcool é aceita e reconhecida na vida social.

Os efeitos do consumo de drogas se revelam em diferentes espaços de convivência dos adolescentes. Em muitos casos percebe-se o desleixo e abandono com sua própria pessoa, as relações familiares e sociais, a baixa produtividade na vida escolar, a agressividade ou violência em alguns casos. A complicação se revela pelos vários sintomas trazidos por substâncias diferentes e se agravam quando utilizadas de maneira conjugada.

Faz-se necessário, por tanto, uma educação preventiva e a conscientização de todos para uma mudança de concepção em relação a cultura de convivência e estímulos as drogas.

Sendo a escola o espaço da regra, da formalização das relações que conduzem ao ambiente para o estudo, para a descoberta de conhecimentos e construção da cidadania, a escola não pode ficar alheia a realidade de seus alunos.

Todos, somos responsáveis pelo bem estar da juventude e a educação tem um espaço especial por constituir processos que visam o desenvolvimento integral do ser humano.

O uso de drogas e conseqüentemente a violência é uma prática que vem sendo disseminada em todas as esferas sociais, com muita proporção afetando diretamente, o ambiente familiar e a instituição escolar.

A Escola onde o estudo foi realizado, pertencente à Secretaria do Desenvolvimento Regional de Araranguá, preocupada com seus jovens, desenvolve desde o início do ano letivo, o Projeto ‘Mais Educação’, que atende as crianças por oito horas diárias na Unidade Escolar, com o desenvolvimento de inúmeras atividades, entre elas oficinas de vídeo, de dança, de capoeira, letramento e rádio.

Definimos assim, o problema central de pesquisa: Como a escola vem enfrentando as situações de dependência e consumo de drogas que interferem no processo de ensino aprendizagem em uma Escola Estadual no município de Araranguá- SC, em 2015?

Para aprofundar os estudos, foram organizados os seguintes objetivos: Analisar as estratégias que a escola vem realizando para o enfrentamento das situações de dependência e consumo de drogas no âmbito escolar. Como objetivos específicos: Descrever a realidade da escola e as vulnerabilidades presentes no contexto de vida dos alunos; Identificar as estratégias institucionalizadas realizadas pela escola para trabalhar as situações de dependência e consumo de drogas; Estudar o referencial teórico sobre o tema dependência química entre adolescentes.

A metodologia construída priorizou pesquisa bibliográfica e de campo, através de estudo de caso em uma escola da região.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas por meio de livros dispostos no acervo virtual e físico da biblioteca da UNISUL e foram consultados artigos relacionados ao tema.

A pesquisa bibliográfica “consiste na busca a partir de acervo bibliográfico existente, isto é, em toda espécie de informações registrada em bibliografias e que pode ser arquivada numa biblioteca”. (RAUEN, 1999, p. 25)

Também tratamos de estudar documentos que revelam a realidade da escola estudada, para compreender as diretrizes e ações relativas à temática. A análise documental é indispensável porque a maior parte das fontes escritas são sempre as bases para o desenvolvimento do trabalho. Fazendo sempre a crescente fundamentação dos textos a partir de documentos já existentes. (Santos, 2000). Foram estudados os documentos: plano e relatórios.

Através de pesquisa exploratória de cunho qualitativo foi construído o processo de aproximação e coleta de dados da realidade. O estudo de caso aconteceu em uma escola pública municipal e envolveu entrevistas com orientadores educacionais e diálogos informais com a direção da escola. A observação participante também possibilitou uma visão mais ampliada da realidade e das estratégias trabalhadas pela escola em relação à temática.

Esta temática complexa que envolve “A realidade escolar e o enfrentamento as situações de dependência e consumo de drogas”, nos remete a busca de alternativas.

Por este motivo, se faz necessário estudar e ampliar conhecimento sobre a temática que envolve juventude, formação e prevenção às drogas para as crianças e adolescentes, considerando o espaço escolar.

2. JUVENTUDE E O ESPAÇO ESCOLAR: DESAFIOS E PREVENÇÃO AO CONSUMO DE DROGAS

Antes de abordar o assunto propriamente dito é de suma importância entendermos as demandas referentes aos adolescentes e jovens, pois, estão em uma espécie de transformação que afeta todas as dimensões de sua vida.

Os costumes dos nossos filhos não dependem só do que eles aprendem dentro de casa. A educação familiar escapou ao controle porque, desde pequena, a criança já recebe influências da escola, dos amigos, da televisão e da internet. Desse modo, entra em contato com modelos diferentes de funcionamento muito mais cedo. Entrar no mundo dos adultos é um misto de desejo e temor. Significa a perda definitiva da condição de ser criança e com isso surgem as responsabilidades, mostrando o que realmente mudou em suas vidas. E é na angústia da nova vida, que se juntam em grupos, e nestes, por vezes com medo de não serem aceitos pelos novos amigos passam a se submeter à regras, sejam elas quais forem, estando vulnerável e querendo seu lugar no grupo, é neste momento que surgem as dependências químicas. É muitas vezes, com estas atitudes que conseguem ser ouvidos, pois os ditos amigos possuem linguagem própria, coisa que os pais não têm. (IÇAMI TIBA, 2006, p.86)

Com o conhecimento agregado ao Nery Filho e Torres (2002) mostram que a adolescência é um período de profundas transformações que impõe ao jovem grandes exigências de adaptações, é uma fase de imensas crises existenciais, onde o adolescente passa por uma etapa de insegurança, por sentir-se impedido de abandonar o ponto de parti em que referências históricas são rompidos e um novo cominho traçado.

O adolescente é um viajante que deixou um lugar e ainda não chegou o seguinte. Vive um intervalo e entre liberdades anteriores e responsabilidades/ compromissos subsequentes; vive uma última hesitação antes dos sérios compromissos da fase adulta (LOSACCO, 2005 p. 69).

Dentre levantamentos realizados ficou muito claro que nesses períodos de transições há uma margem para o enfrentamento aos estímulos e aproximação das drogas e são poucas as políticas públicas voltadas para esta faixa etária.

Sabe-se que de concreto no espaço escolar na atualidade existe o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência – PROERD.

A orientação em casa de modo preventivo faz com que esta fase de profundas transformações seja de menor impacto nas escolas. Pois os espaços se ampliam e é inevitável a convivência com a oferta e contatos com as drogas, no contexto atual.

Construir a autonomia e autoconhecimento no processo de formação humana, é um grande desafio, através de diálogos em casa, na escola e nos espaços sociais em relação aos temas que compõe a sociedade atual e o fortalecimento do poder de decisão, de resistências e de escolhas saudáveis.

Portanto as abordagens sociológicas, psicológicas, pedagógicas, antropológicas, analisam mudanças físicas, psicológicas e comportamentais que ocorrem nesse momento da vida dos jovens. Muitos estudos sociológicos voltam-se para problemas comuns da juventude, como abuso de álcool e drogas, delinquência, gravidez, vida escolar, entre outros. Ou seja, circulam ideias no cotidiano que associam a juventude à riscos e vulnerabilidades sociais e que carecem de políticas públicas.

Segundo Loret (1998), outro aspecto a considerar é a ideia de ter uma idade ou pertencer a uma idade, para o autor o mesmo diz que os anos nos têm e nos fazem crianças, jovens, adultos ou velhos, e pertencer a um grupo de idade significa ter que se adequar a um conjunto de coisas que podemos ou não fazer. E a vida passa a ser graduada a partir da idade: idade escolar, idade do trabalho, idade militar, idade da rebeldia, evidentemente, a idade adulta é proposta como a meta a ser alcançada.

A idade não é, então, somente um conjunto de anos que se vai agregando num processo linear, mas determina expectativas e comportamentos, podendo tornar o tempo um inimigo. Por outro lado, diz que, no devir das experiências e respostas existenciais, uma idade não elimina a outra, mas a contém. Em vez de se pensar na juventude como um momento de preparação para algo que está por vir, alimentando preconceitos e hierarquizações, acreditar que o menino e a menina, o jovem e a jovem estão na pessoa adulta ou velha e, inclusive, os meninos e as meninas podem responder como adultos em determinadas situações. (LORET, 1998, p.20)

De um contexto a outro, de uma época a outra, os jovens desenvolvem outras funções e logram seu estatuto definidor de fontes diferentes: da cidade ou do campo, do castelo feudal ou da fábrica do século XIX, tampouco se pode imaginar que a condição

juvenil permaneça a mesma em sociedades caracterizadas por modelos demográficos totalmente diferentes (LEVI e SCHMITT, 1996).

Segundo as Nações Unidas, jovens são aqueles indivíduos com idade entre 15 a 24 anos. Mas o critério da idade não é suficiente para discutir uma categoria que assumiu contornos tão diferentes. Nem se pode percebê-la como grupo social homogêneo, pois se agrupam sujeitos que só têm em comum a idade. É preciso distinguir a fase da vida e os sujeitos, ou seja, não se pode misturar juventude e os jovens; o primeiro é a fase, e o segundo são os sujeitos que vivem uma diversidade de possibilidades e realidades. Portanto, qualquer reflexão supõe pensar a tensão entre a inserção na estrutura social e a fase da vida.

De acordo com Sposito (1997), reconhece que a própria definição da categoria juventude encerra um problema sociológico passível de investigação, aponta que o modo como se dá a passagem da criança para a autonomia do adulto, a duração e as características têm variado nos processos e formas de abordagem dos trabalhos que tradicionalmente se dedicam ao tema. Também, porque a estruturação das idades difere enormemente de uma sociedade para outra.

O período pré-industrial não apresenta uma concepção de adolescência. Ela era vinculada ao mundo adulto, o trabalho se constituía em tarefa precoce e a escola não separava de maneira homogênea as classes de idade ((ARIÉS,1981).

Para o mesmo autor, são os humanistas e religiosos que proliferam, a partir do século XV, teorias e práticas que distinguem a infância da juventude e da vida adulta, concomitantemente a isso, o crescimento do ensino que separa as crianças e jovens dos adultos.

Perceber a juventude como um momento da vida que marcaria a saída da infância até o ingresso no mundo adulto, vivido de forma homogênea, é ignorar as condições histórico-culturais dos integrantes desta categoria. Como anuncia Levi e Schmitt:

Essa «época da vida» não pode ser definida com clareza por quantificações demográficas, nem por definições de tipo jurídica, e é por isso que nos parece substancialmente inútil tentar identificar e estabelecer, como fizeram outros, limites muito nítidos (LEVI e SCHMITT, 1996, p. 19).

Para Pais (1993), a juventude é uma categoria socialmente construída, sujeita a modificar-se ao longo do tempo. A segmentação do curso da vida em sucessivas fases é

produto de um complexo processo de construção social. No dia-a-dia, os indivíduos tomam consciência de determinadas características e, se elas afetam um universo considerável de indivíduos pertencentes a uma geração, são culturalmente incorporadas. Se essas características de um período da vida apresentam-se como expressão de problemas, então atraem a atenção dos poderes públicos, tornando-se objeto de medidas legislativas ou não. Como exemplo, podemos citar:

Os programas de formação profissional, prolongamento da escolaridade, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e muitas outras.

A idade, como critério para agrupar as pessoas, traz implícito o caráter da transitoriedade. Nesse caso, a juventude representaria uma transição, e ser jovem seria estar numa condição provisória. Esse modo de ver a juventude como mera transição decorre de uma compreensão da vida adulta como estável em oposição à instabilidade juvenil, fato que não se sustenta hoje, pois a sociedade contemporânea é marcada pela incerteza, mobilidade, transitoriedade e abertura para a mudança.

Os atributos tradicionais da juventude parecem ter se deslocado para além dos limites biológicos, estão relacionadas à identidade, pois as referências da sociedade tradicional, os momentos de trânsito, os ritos de passagem não se configuram mais como possibilidade para qualquer definição de juventude. Num contexto cultural marcado por diferentes pertencimentos, interações planetárias, explosão de oportunidades para a experiência individual, as fronteiras entre juventude e maturidade evaporaram-se. Colocando o jovem como protagonista de um tempo de possibilidades de promessa de futuro ao modelo cultural do presente, buscando construir uma noção de juventude pela ótica da diversidade, pois o lugar e o trabalho não definem mais a identidade dos indivíduos (PAIS, 1993).

2.2 USO DAS DROGAS NA ATUALIDADE

Ao falarmos do uso de drogas, de drogadição, dependência química, parece ser este um fenômeno exclusivo da moderna sociedade contemporânea, marcada pela urbanização desenfreada e pelo incremento das desigualdades sociais. Talvez a drogadição, sim, seja um fenômeno das sociedades ditas “complexas” como veremos adiante, mas não é recente a tendência da humanidade de utilizar substâncias alteradoras do estado de consciência.

No entanto, a realidade tomou maior complexidade, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, quando as condições sociais tornaram-se mais deterioradas em virtude de um modelo político-econômico cada vez mais desigual e excludente.

As tentativas de vida alternativas, [...] se apagaram diante do impacto da crise econômica e, em seguida, do novo modelo consumista; assim, trilhou-se o caminho de volta à realidade cruel das necessidades básicas e à monotonia da luta para assegurá-las. (BUCHER, 1992, p. 28).

A partir daí o modelo “*hippie*” se desarticula, mas as drogas continuaram prometendo algo mais, ou seja, além do prazer o esquecimento da solidão, do sentimento de vazio, das angustias e da depressão causados pelo estilo de vida da modernidade.

A pessoa dependente de hoje não mais se entrega às drogas apenas em consequência de uma recusa de comunicar-se, com outras pessoas, mas sim, por ter a possibilidade desta comunicação, muitas vezes é realmente reprimida por conta de implacáveis fatores conjugais. Se, antes, a droga participava como uma oportunidade de experimentar, em grupo, novas sensações e novas percepções do universo e da interioridade humana, na atualidade, ela vem sendo consumida como sinônimo de violência e autodestruição.

Consideramos importante esta referência aos fatores oportunos de intransigências da crise do capitalismo nas sociedades atuais, com repercussões bastante negativas nos países ditos em desenvolvimento, por este fato o indivíduo que utiliza drogas não pode ser visto isoladamente. A drogadição é um fenômeno extremamente complexo, que envolve fatores sociais biológicos e psicológicos, sem que os estudiosos tenham ainda chegado a um consenso sobre um porquê de determinados indivíduos serem dependentes e outros não; logo, é preciso estar sempre levando em consideração a conjugação destes fatores, se quisermos abordar este fenômeno e sua complexidade.

Salem (1981) Nos lembra da existência de um circuito dialético entre exterioridade e interioridade.

[...] Nega-se ao indivíduo o caráter de possibilidade absoluta; pensado como agente historicamente situado, sugere-se que as condições externas delimitam o escopo e a direção tanto de suas representações quanto de suas práticas e estas, por sua vez, tendem a reproduzir as estruturas vigentes. Nesta medida, os indivíduos são vistos, simultaneamente, como produtores e reprodutores da ordem social. (SALEM, 1981, p. 54).

De modo cada vez mais presente, o uso de drogas lícitas e ilícitas tem se manifestado sob diversas formas nas famílias brasileiras; seja nas famílias onde a mulher e o homem tomam um ou vários comprimidos para dormir, ou nas famílias onde o filho adolescente faz o

uso de drogas ilícitas (maconha, cocaína e crack), até o caso de famílias acometidas pelo drama do alcoolismo, sejam de classe social mais elevada ou a de classe baixa. Logo, onde existir o uso de drogas como alternativa para o enfrentamento das questões existenciais terá aí um uso abusivo ou um quadro de dependência às drogas.

Segundo o Quadro de Classificação das Drogas (CID-10) As substâncias podem ser classificadas, quanto ao efeito, em três categorias: Estimulantes, Depressoras e Perturbadoras. Estimulantes da atividade do sistema nervoso central:

- a) anfetaminas usadas como estimulantes da vigília;
- b) anfetaminas usadas como moderadores de apetite;
- c) cocaína;
- d) cafeína.

As substâncias estimulantes, ou psicoanalépticas alteram o funcionamento do cérebro, deixando-o mais ativado.

Depressoras da atividade do sistema nervoso central:

- a) Álcool;
- b) Hipnóticos;
- c) Ansiolíticos;
- d) Narcóticos: Naturais, Sintéticos e Semissintéticos;
- e) Solventes.

Perturbadoras da atividade do sistema nervoso central:

- a) Alucinógenos propriamente ditos (primários);
 - sintéticos – LSD – 25 DMA (ecstasy);
 - naturais – derivados da maconha;
- b) Alucinógenos secundários (Anticolinérgicos):
 - derivados de plantas;
 - sintético.

As substâncias perturbadoras não aceleram nem diminuem a atividade do cérebro, mas a “perturbam” alterando o funcionamento normal dos neurônios e causando uma

verdadeira “confusão”. As drogas desta categoria provocam reações anormais, como alucinações e delírios, por isso são chamados de alucinógenas.

2.3 AS DROGAS MAIS CONSUMIDAS NO BRASIL

Não é a natureza da droga que faz a pessoa se tornar dependente ou não, mas sim uma série de fatores como: genéticos, metabólicos, neurobiológicos, sociais, culturais, psicológicos dentre outros. Os indivíduos são muito diferentes nesses aspectos, isto é, esses fatores se expressam diferentemente em cada um. As drogas sempre fazem muitas alterações orgânicas e psicológicas, porém, em algumas pessoas essas alterações ocorrem com maior intensidade e num período de tempo menor. As mais consumidas em nosso país segundo a Organização Mundial da Saúde são: álcool; anfetaminas; ansiolíticos; cocaína; crack; ecstasy; inalantes; maconha e nicotina.

Segundo Laranjeira & Nicastri (1996), droga é qualquer substância que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais sistemas do organismo e que não seja produzido por ele, provocando alterações em seu funcionamento. Dessa forma, substâncias que possuem a capacidade de atuar sobre o cérebro, gerando modificações no psiquismo são chamados de drogas psicotrópicas ou de substâncias psicoativas.

Cada droga exerce um efeito próprio sobre o SNC – Sistema Nervoso Central (cérebro e medula). Podemos classificar as drogas de acordo com os efeitos em estimulantes (cocaína, crack, anfetaminas ou bolinhas, speed, ecstasy, nicotina, cafeína, etc.), depressores (narcóticas, hipno-sedativas, álcool e etc), alucinógenos (LSD-25, DMT, STP, PCP, MDA, MDMA, psilocibina, mescalina, maconha e etc.), e de acordo com uso, em inalantes (solventes orgânicos, nitritos voláteis, óxido nítrico, etc.). (OLIVEIRA, 2007, p. 4).

Na verdade, com o uso continuado de drogas em algumas pessoas ocorrem modificações gradativas no organismo que o desequilibra, tornando-o mais susceptível a desequilíbrios cada vez maiores. Podemos ainda dizer que o fenômeno da dependência de drogas é resultado da confluência de três fatores integrados entre si: o produto que e a própria droga em si, o indivíduo com toda a sua complexidade e necessidades e o contexto social onde o indivíduo está inserido.

Dependência pode ser dividida em psíquica/emocional e física/orgânica. Certas substâncias químicas como o ópio e seus derivados ocasionam fortes dependências física/orgânica, de modo ao indivíduo na ausência da droga padecer de síndrome de abstinência com, dentre outros efeitos, fortes dores pelo corpo. Como tudo o que fazemos é fruto de um processo de aprendizagem, ocorre que aprendemos a nos comportar, pensar e sentir diante do uso de certas substâncias e sentimos na sua ausência a falta de sua presença. Pela dependência criam-se fortes vínculo do indivíduo com a droga eleita, dentro de uma estrutura compulsiva, de fato, a dependência pode ser analisada a par com o Transtorno Obsessivo Compulsivo – TOC. (OLIVEIRA, 2007, p. 12).

Segundo Oliveira (2007), respalda a importância do tratamento psicoterapêutico no caso da drogadição no fato de que há no interior de cada indivíduo um espaço saudável a ser resgatado, cabendo ao psicoterapeuta propor com esse lado saudável do adicto, proporcionando condições ao mesmo de reestruturar sua vida e encontrar um real ponto de equilíbrio que prescindia do uso de substâncias externas.

Em cada ser humano existe um potencial para construir e destruir a si próprio e a outros, cabendo ao psicoterapeuta ajudar o indivíduo a trilhar o caminho cognitivo emocional coerente com a sua inserção em um momento histórico e sociocultural.

Para Mello e outros (1999, p. 275): “As abordagens terapêuticas não farmacológicas para dependência são as mais difundidas mundialmente, estando presentes em praticamente em todos os serviços de tratamento para dependentes químicos”.

Porém, a questão central diante do acompanhamento e suporte as pessoas que precisam de equipes especializadas precisa considerar o contexto socioeconômico e as dificuldades de acesso a uma rede pública de atendimento. Quem assume as ações de prevenção e atendimento em toda a sua complexidade nas políticas públicas de saúde, assistência e educação em nossa realidade brasileira.

2.4 A PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E OS CUIDADOS NO PROCESSO DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR

O ato de prevenir o abuso de drogas admite três níveis de intervenção: primária, secundária e terciária.

Na primária o objetivo é intervir antes que o consumo de drogas ocorra, realizar processos de suporte as pessoas promovendo a saúde e o bem estar.

Cabe à instituição escolar promover um estilo de vida saudável nos alunos, desde crianças bem novas até o jovem adulto.

A prevenção secundária destina-se as pessoas que apresentam uso leve ou moderado de drogas, que não são dependentes, mas que correm este risco.

A instituição escolar precisa estar atenta ao perfil de seus alunos e sua equipe estar preparada para o manejo humanizado e profissionalizado das situações de risco identificadas.

A prevenção terciária dirige-se ao usuário dependente. No caso as pessoas que já consomem drogas.

A contribuição da escola é prestar auxílio ao aluno na procura de terapia, apoiar a recuperação e reintegrá-lo na escola, no grupo de amigos, na família. Vale advertir que não compete à escola o tratamento, mas sim, encaminhar adequadamente o caso.

Segundo Fonseca (2006), faz-se urgente estruturar uma dinâmica de implantação em prevenção ao abuso de drogas nas escolas:

As estratégias de municipalização possibilitam incrementar medidas estruturadas em plano, programa e projeto que tornam a prevenção mais próxima às instituições escolares. Fonseca (2006) sugere que o caminho a ser percorrido deve incluir, necessariamente, as seguintes instâncias: Município.

Com a municipalização, viabiliza-se o Plano de Ação relacionado à redução da demanda de droga (há hoje políticas públicas que visam conscientizar sobre o consumo de drogas, porem nenhum, exceto o Proerd, nas escolas). A função do Plano é elaborar políticas, objetivos e metas, traçar as diretrizes e estratégias de caráter geral.

A Secretaria de Educação tem sob sua responsabilidade a elaboração e gestão de um Programa Preventivo que decorra de um Plano de Intervenção. Deve buscar parcerias com entidades e instituições que se disponham a essa finalidade para um conhecimento no âmbito geral escolar e familiar. A escola será o lugar privilegiado para intervenções educacionais.

Deve elaborar projetos que assegurem ações preventivas intensivas e duradouras, tendo como guia o Plano de Ação e o Programa Preventivo. Na prática escolar, a prevenção ao abuso de drogas torna-se viável por intervenções nas condições de ensino e,

principalmente, são direcionadas ao projeto político pedagógico, à gestão escolar e à abordagem educacional.

A escola se constitui no melhor lugar para se debater este assunto, por ter a possibilidade de acesso às crianças, jovens e adultos. Porém, o despreparo e a resistência por parte das instituições escolares para lidar com assuntos relacionados a problemas sociais e transformações culturais, ainda é considerado tabu, assim como o tema droga. (SOARES; JACOBI, 2000).

A escola não deve esperar que o problema surja na sala de aula, nos banheiros, no pátio, no portão para discutir a questão. Informação correta e coerente, para uma boa prevenção não depende da quantidade de informações, mas do crédito dado a ela e isto começa desde muito cedo.

Vale a pena aqui ressaltar que, segundo os autores:

[...] é também notável, entre os estudos até hoje conduzidos, a ausência de trabalhos que tomem como referência empírica o espaço educacional, sejam os que se refiram aos programas de prevenção, seja os que se refiram à avaliação desses programas. (SOARES E JACOBI 2000, p.214).

O mundo das drogas tem seu contexto e este modifica toda uma vida, por isso há necessidade de se pensar em se fazer prevenção. Nossa realidade nos faz refletir sobre esse mundo em que cada dia, mais crianças e adolescentes buscam nas drogas a saída para a busca de prazer, superação de angústias, respostas as indagações, entre outros aspectos. Esta procura nos faz refletir os nossos valores, a qualidade de vida, o preconceito, a educação e o investimento das instituições na formação humana.

Antes de se falar em prevenção é necessário entender o que ela significa para o sujeito que está inserido na comunidade. Pois o intuito é trabalhar a prevenção primária; e o sentido desta palavra quer dizer “evitar”, “chegar antes”, e que se deve sim; debater nas nossas escolas tal assunto.

No caso da prevenção ao uso/consumo de drogas nas escolas tal assunto estaria focado em oferecer informações e orientações para melhores escolhas, sensibilização e valores de vida; já que o assunto envolve, vida, saúde, família, religião, cultura, sentimentos e aprendizados.

Ao trabalharmos a educação preventiva, não devemos deixar que este se restrinja à sala de aula, mas que seja passado a toda instituição, família e sociedade, visto que este é um problema social e merece ser mais debatido.

[...] O contexto da droga tem suas “linguagens”, e precisamos aprender a ler e decifrar, pois o aprendizado da vida não termina quando saímos da escola ou da faculdade. (ÁVILA, 1998, p.150).

Tudo isso nos faz perceber que não tem como continuarmos com ideias pré-concebidas em relação a drogas, nem achar que tal assunto por si mesmo conseguirá elaborar uma redescoberta. Pensamentos assim não levarão a lugar algum, e deixar esse assunto imóvel, como se fosse algo no qual não pudéssemos tocar de nada adiantará.

Deve-se buscar um bom senso sobre o assunto e parar de tratar as drogas com medo e como apenas uma curiosidade de adolescente. Lembrando que prevenção e diálogo devem andar juntos, e que ainda são considerados os melhores caminhos para se evitar danos futuros.

Enfim, trabalhar ou discutir a prevenção de drogas não é uma tarefa fácil, porém necessária; quebrar barreiras, tabus e ideias pré-concebidas, é o primeiro passo, trazer novos conhecimentos e informações certas aos nossos alunos é o primordial, o que resta é entender, melhorar e buscar novas iniciativas sempre.

A escola precisa resgatar a sua ação *protetiva* por este motivo escolhemos abordar este tema que vem relacionando os adolescentes e não apenas permanecer em uma atitude "defensiva" por não se sentir em condições de lidar com as questões suscitadas por este de forma adequada.

Enquanto seres em desenvolvimento, o ECA assegura aos adolescentes o direito à vida, saúde, educação, lazer, participação cultural e dignidade. O jovem passa a ser visto como sujeito de direitos, também em situações de risco como é o uso de drogas. Aprofundando uma reflexão a esse respeito, demonstrando o avanço que significou a criação do ECA e a necessidade de que ele possa, cada vez mais, ser implementado no cotidiano da sociedade priorizando o fortalecimento de vínculos e afastando das drogas.

Sabemos que os fatores de risco são presentes na escola. O seu papel está em aprender a proteger o jovem, articulando elementos de proteção-prevenção-ação-diálogo no contexto de sua realidade específica. Apenas assim, poder-se-á tornar a escola, de mais vulnerável, em mais protetora e protegida.

A fronteira entre a responsabilidade do aluno, da família e escola é delicada. Mais uma vez citando o ECA, é dever de todos zelar pela dignidade do jovem, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano ou violência. É preciso sempre buscar medidas específicas de proteção. Os valores de cidadania e saúde só são resgatados na medida em que se envolve a comunidade como um todo. Um trabalho de inclusão social só é realizado quando se

encontram novos padrões agregados às redes naturais das pessoas e dos grupos, sendo a escola também fortalecida enquanto instituição.

A escola não ocupa apenas o lugar de transmissora de conhecimento. É também um contexto de promoção de saúde e bem estar e deve zelar pelo desenvolvimento integral dos jovens que a frequentam.

Precisa, a partir de um trabalho que envolva todas as redes do adolescente, criar condições que evitem situações de risco. A ideologia do medo se transfigura no medo da perda do controle da situação. É preciso buscar a autonomia, potencializando uma rede de suporte a partir dos recursos existentes na própria comunidade. Buscar a força da cooperação e efetividade das ações coletivas. Esta é a nova perspectiva de abordagem da situação, que pretende ajudar escola e família a rever seu papel neste processo de abordagem referente às drogas, enquanto promotor da saúde.

2.5 ESTUDO DA REALIDADE DE UMA ESCOLA PÚBLICA

2.5.1 Percurso Metodológico e a aproximação da realidade escolar

Este trabalho foi construído através de levantamento de dados bibliográficos na literatura selecionada. A pesquisa bibliográfica foi um passo inicial na construção efetiva do processo de investigação da temática.

Através de um estudo exploratório houve uma aproximação e ampliação de estudos sobre a temática Juventude e suas vulnerabilidades no contexto escolar através da busca de dados qualitativos.

Houve uma aproximação do espaço escolar através das técnicas de observação participante e de entrevista semiestruturada norteadas por perguntas abertas.

Para Gatti (1998), o grande objetivo da pesquisa qualitativa é responder aos problemas emergentes no conhecimento humano, compreendendo-os, situando-os e preferencialmente, identificando e formulando possíveis soluções aos problemas que ainda estão por vir, antecipando desta forma as respostas para solucioná-los ou minimizá-los.

As entrevistas foram aplicadas com os seguintes sujeitos: um diretor da escola e dois orientadores pedagógicos com o intuito de compreender a situação vivenciada e as

alternativas para o trato das questões sociais enfrentadas, em especial a aproximação dos jovens com o mundo das drogas.

Importante destacar que a Escola Estadual analisada atende atualmente duzentos e oitenta e cinco jovens.

2.5.2 Desafios dos professores frente à desmotivação dos alunos

A escola vem enfrentando um desafio na atualidade que exige um repensar em sua dinâmica de trabalho e no processo de organização institucional: a desmotivação dos adolescentes para os estudos. Muitos professores reclamam da falta de interesse dos alunos nessa idade. Ressaltam que os estudantes não cumprem as tarefas em classe nem em casa, expressam sua ausência no momento da exposição de conteúdo, provocam distrações, ironizam e tumultuam os ambientes, se distraem facilmente, que não respondem às perguntas ou simplesmente dizem que não sabem. Alguns chegam a ser desordeiros, demonstrando comportamento agressivo, enfrentam os professores e dispersam os colegas. Alguns vão para a escola só para conviver com os amigos e ter a possibilidade de sair de casa.

Na medida que os alunos vão evoluindo nas séries, os métodos e conteúdos se complexificam e o interesse diminui, pois eles passam a se perceberem cada vez mais incapazes para o aprendizado e o sucesso escolar.

O abandono escolar é uma das reações comuns como consequência de frustrações e fracassos escolares. As fragilidades e rupturas vividas pelos alunos nem sempre são acompanhadas de forma integral pelas instituições escolares. Multiplicam-se os conteúdos, segue-se rigorosamente os métodos de avaliação, somam-se a este ambiente as desmotivações dos professores diante de sua condição de trabalhador e os resultados vivenciados.

Há um número expressivo de alunos que não consegue ter êxito na escola e existem evidências concretas de que estes baixos rendimentos ou fracassos não são por incapacidade cognitiva, mas podem ser determinados pelos fatores motivacionais (BORUCHOVITCH, 1999).

Nesse sentido, Bzuneck (2009) destaca que alguns tipos de motivação são menos eficazes que outros, como o caso de alunos que estão motivados a fazer rápido uma atividade para entregar logo, mesmo que com baixa qualidade. A finalidade não é se envolver e dar o melhor de si, mas concluir logo e entregar respondendo uma exigência externa.

Há aqueles que tem uma cobrança excessiva da família e se sente pressionado pela dinâmica escolar numa relação competitiva e de sucesso. Deseja as melhores notas, se percebe como o melhor da turma, tem medo de reprovar e de parecer incompetente. Essa distorção de objetivos, além de prejudicar a qualidade da aprendizagem, também vem acompanhada de emoções negativas como o medo do fracasso, a ansiedade, frustração e irritação.

Segundo Stipek (1998), alerta para a dificuldade de se identificar qual aluno sofre de problemas de motivação que podem se manifestar em seus comportamentos reveladores.

Certos comportamentos desejáveis em classe e um desempenho escolar satisfatório podem mascarar sérios problemas motivacionais, enquanto que um mau rendimento em classe pode, às vezes, não ser causado simplesmente por desmotivação. Dessa maneira, a identificação de reais problemas de motivação depende de um conhecimento mais acurado do aluno e, portanto, não é possível diagnosticar comportamentos motivacionais apenas pela observação, para que ocorra mudança nos comportamentos, muitas vezes, é necessário que o professor mude a sua forma de ensinar, o que pode implicar que a estrutura da escola também seja alterada no sentido de encorajar e facilitar o desenvolvimento pessoal dos professores, compreender seu contexto de vida e ambiente social, econômico e cultural.

Em nosso sistema escolar, a passagem para a 5º ano do ensino fundamental tem sido apontada como causadora de problemas de adaptação por parte dos alunos, que acabam refletindo em sua motivação. E quanto mais avançadas às séries, os problemas tendem a ser mais complexos e profundos, por terem raízes naqueles que se originaram nas séries iniciais e por sofrerem influência das novas exigências dos diferentes tipos de disciplinas, aliadas às características evolutivas dos alunos.

Além disso, a partir da 5º ano os conteúdos ficam complexos, sendo mais difícil para os alunos manterem um desempenho elevado. Ainda, na adolescência eles se tornam mais críticos quanto aos professores, à metodologia de ensino, ao conteúdo que lhes é ministrado e às atividades escolares. Nem sempre os educadores estão atentos para os sinais dos alunos e para acatar a crítica ou as atitudes que expressam descontentamento e desejo de mudança.

A indiferença aos contextos educacionais tem respostas múltiplas que vão da condição pessoal e da história social dos alunos, ao ambiente e metodologias trabalhadas.

Nesse sentido, explicações ao fenômeno da queda da motivação na adolescência, uma delas é a de que este fato tem sido relacionado com as transformações decorrentes da fase da adolescência, em virtude de o jovem direcionar sua atenção para a aparência física, para a sexualidade e para as novas relações sociais.

Outra razão relaciona-se à possibilidade de conflitos que podem surgir no processo de formação de identidade ou ao número de mudanças que ocorre neste período o qual pode interferir no engajamento escolar. Em suma, o declínio na motivação do adolescente pode ocorrer por diversas razões, porém a natureza das experiências vividas no âmbito escolar pode ser um dos fatores mais significativos para a explicação deste fenômeno.

Portanto, um fator que pode contribuir para o declínio na motivação do adolescente é o próprio ambiente escolar de sala de aula esse ambiente é considerado diferente dos outros contextos sociais a que as pessoas estão habituados, pois a frequência é obrigatória, os conteúdos são previamente selecionados, com atividades prescritas até quanto aos detalhes de execução e nem sempre correspondem às necessidades dos alunos.

No início da adolescência, o jovem já é capaz de perceber a diferença entre a capacidade e o empenho e, se ele acreditar que a capacidade intelectual é algo fixo, pode começar a evitar investir esforço nas atividades escolares. Ao contrário, quando o aluno entende que a inteligência é algo maleável, há maiores chances de que ele se esforce nas tarefas acadêmicas e se preocupe mais com o próprio crescimento intelectual e o domínio do conteúdo.

A importância das crenças motivacionais em relação aos estudos focalizando dois componentes globais como essenciais à motivação do adolescente: as expectativas e a valorização. As expectativas consideram as crenças de controle e de auto eficácia. Com isso, se o jovem acredita em suas capacidades e assume responsabilidade pela sua própria aprendizagem e resultados, ele tem maior probabilidade de persistir na tarefa e vir a ter sucesso acadêmico.

Já a valorização envolve as orientações às metas de realização que se refere aos diferentes propósitos que um estudante pode adotar em relação a uma tarefa e a valorização das atividades acadêmicas que se refere à percepção de utilidade destas atividades.

Neste sentido, ambientes que valorizam o processo de aprendizagem com atividades significativas têm maiores chances de desencadear em seus alunos comportamentos positivos em relação ao aprender. Dessa maneira, é importante adequar o contexto de sala de aula às necessidades de desenvolvimento do jovem para fomentar a motivação para aprender.

A falta de adequação da escola em fazer um ajuste entre as necessidades de desenvolvimento do adolescente e o contexto de sala de aula, em parte, explica a diminuição da motivação deste jovem pelas atividades acadêmicas. A escola, muitas vezes, tem se apresentado pouco preparada para trabalhar adequadamente com alunos na fase da adolescência. Cada nível de desenvolvimento requer ambientes adequados, ou seja, mudanças

nas necessidades dos aprendizes devem ser combinadas com mudanças nos contextos no qual esses jovens estão inseridos, para que os mesmos não busquem alternativas de fuga. No caso o envolvimento com as drogas.

2.5.3 As vulnerabilidades dos jovens que frequentam uma Escola Estadual do Município de Araranguá e as estratégias para seu enfrentamento.

Vivemos situações cada vez mais complexas, pois os jovens com dependências e uso frequente de drogas acabam perdendo a noção da escola como um espaço público de formação humana, que prevê o respeito as normas e aos interesses coletivos e passam a perceber somente a sua necessidade, consumir e fazer uso de drogas dentro dos espaços escolares.

Ampliando a dimensão da vida dos jovens para além da escola, percebemos que a desigualdade social, já não é mais um fator isolado para explicar as situações de risco e abandono em que vivem crianças e adolescentes em nosso país. Muitas das nossas crianças vivem na marginalização da sociedade, exclusão e perda dos direitos fundamentais. Nessas mesmas condições, repousam principalmente sobre os fenômenos de vulnerabilidade social, ruptura e crise identitária pelos quais passam diante da sociedade. Portanto, a um forte sentimento de solidão, vazio de existência assombrando nossos jovens que vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais, da pobreza e da exclusão social, da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização que marcam a passagem da infância à vida adulta, da falta de acesso à educação, saúde, lazer, alimentação, cultura e da desqualificação no mercado de trabalho.

Essa é uma das realidades vividas pela escola estudada, no município de Araranguá SC, a falta de perspectivas profissionais e projetos para o futuro, o alto índice de reprovação à evasão escolar, são fatores que contextualizam o cotidiano dos jovens e que os tornam presas fáceis ao consumo de drogas e envolvimento em outros atos ilícitos como furtos, roubos, porte de armas, tráfico de drogas, dentre outros.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei no. 8.069/90, Artigo 23), a falta de recursos materiais por si só não constitui motivo suficiente para afastar crianças e adolescentes do seu convívio familiar, encaminhá-los para serviços de acolhimento ou inviabilizar sua reintegração. O afastamento apenas é justificado quando o dever de sustento guarda e educação dos filhos menores é descumprida (BRASIL, 1991).

Muitas famílias apresentam em seu cotidiano situações que impõe fragilidades econômicas agregadas a riscos devido a ambientes e práticas desviantes. A criança aprende a conviver em todo seu processo inicial de formação com ambientes não saudáveis que vão gerando lacunas e inseguranças econômicas, sociais e emocionais.

É com este ser real que a escola trabalha. Com crianças e adolescentes que refletem o contexto vivido e as fragilidades dos adultos.

Portanto, para se trabalhar com jovens em situação de vulnerabilidade social, marcadas pelo descaso, abandono ou afastamento do convívio familiar, precisamos compreender antes de tudo que essa vulnerabilidade aborda diversas modalidades de desvantagem social, mas principalmente a fragilização dos vínculos afetivos, relacionais, de pertencimentos sociais ou vinculados à violência. Segundo a E1 diz que:

A vulnerabilidade social e um sinônimo de pobreza e coloca as pessoas em um risco social.(E1)

Fator esse, segundo a entrevistada, que gera em crianças, adolescentes e famílias, uma baixa autoestima consideravelmente comprometida. Portanto, afeta profundamente a vida destes jovens e suas famílias como atributos negativos pessoais, as falhas próprias de sua condição histórico-social.

Conforme a entrevistada E2, é quase inevitável que este ciclo de exclusão que se instala venha reforçar a condição de miséria não só no nível material, como no nível afetivo.

As pessoas, desde muito jovens, percebem-se como inferiores, incapazes, desvalorizadas, sem o reconhecimento social mínimo que as faça crer em seu próprio potencial como ser humano. (E2)

Foi relatado pelas mesmas o impacto da violência, física ou simbólica, no relacionamento interpessoal entre os membros da comunidade escolar. Afirmaram a existência de problemas de relacionamento interno entre os alunos, já detectados pelas mesmas a partir do 5º ano, que as causas mais frequentes são os conflitos de relacionamento levando a agressão verbal, entre alunos, que na maioria dos casos termina em agressão física.

Durante a coleta de dados, as entrevistadas falaram que esse tipo de conduta dos alunos tem sua origem na família, no qual muitos dos alunos que frequentam a escola possuem histórico familiar de pais e parentes envolvidos com tráfico e uso de drogas. Ainda confirmam, que a convivência social na escola tem se caracterizado pela manifestação de

condutas impulsivas norteadas pela tendência a violência, tudo indica que a agressão física é a forma mais explícita de violência que faz parte do cotidiano familiar e escolar.

Como causas prováveis dessa tendência foram apontadas pelas mesmas a ausência de diálogo, limites mal estabelecidos, ausência de autoridade, e o uso indevido de drogas. Segundo a entrevistada E3, confirma que;

A droga interfere pouco nas relações interpessoais, e que o maior fator de conflito é a ausência de diálogo e a falta de informação sobre as drogas. (E3)

Ao perguntar sobre a opinião pessoal das entrevistadas, as mesmas dizem que o uso de drogas é o principal fator, por entender que na maioria das vezes se sentem impotentes diante de um problema que numa velocidade muito rápida tem invadido a comunidade escolar.

As entrevistadas relatam que acontece a oferta de drogas lícitas nas proximidades da escola ou mesmo dentro, no qual já tiveram casos de alunos fazendo uso próximo à escola e para despistar o cheiro fazem uso constante de perfumes. Portanto, as mesmas não só citaram o uso de drogas lícitas, como o cigarro e o álcool, mas também as drogas ilícitas que aparecem no contexto da escola.

Segundo dados do Ministério da Saúde (2009), informam que entre 1989 e 2003 houve uma diminuição no consumo de cigarros em torno de 12,4% na população acima de 18 anos. Portanto, a população abaixo dos 18 anos, parece estar ainda, muito vulnerável a esse tipo de droga. Por fim, a escola é um espaço público em que as atividades desenvolvidas não podem ser mediadas pelo uso de qualquer tipo de droga, muito menos drogas ilícitas.

Convivemos com o desrespeito das normas mínimas de segurança nos espaços escolares, onde não a uma prevenção, uma política pública que combata esses problemas de vigilância à saúde, das doenças transmissíveis, que na maioria dos casos a uma impunidade crônica. Nesse sentido, as entrevistadas dizem que este quadro torna mais complexa suas tarefas de compreender os significados acumulados referentes ao risco de modo geral e em particular, os relativos ao risco das drogas ao qual os jovens se encontram cada vez mais expostos.

Pode-se concluir que vivemos imersos na ambivalência no que se refere às nossas práticas e representações em relação aos riscos hoje corridos, sejam eles ameaçadores, aceitos ou valorizados. Neste sentido, acreditamos que a articulação destas duas abordagens, quais

sejam, aquela que contempla a dimensão cultural do risco e a que privilegia a questão da vulnerabilidade social possibilite maior compreensão do uso abusivo de drogas entre os jovens dos dias de hoje. Realidade essa vivida pela escola em nosso município.

Portanto, percebe-se que o tema drogas é abrangente não só em nosso município, mas um problema que atinge todas as comunidades escolares de todo o país, independentemente do tamanho do município. Portanto, cabe aos órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais desenvolverem ações preventivas no tocante ao uso indevido de drogas. Sendo assim, de acordo, com as entrevistadas, e os dados coletados, a escola tem dificuldade em aceitar essa realidade e sente-se impotente, por não saber como lidar com essa problemática.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve por finalidade compreender como a escola vem enfrentando as situações de dependência e consumo de drogas que interferem no processo de ensino aprendizagem na comunidade escolar. Assim acredita-se que os objetivos desta pesquisa foram atingidos, visto que foi possível conhecer a vivência da escola e como essa lida com essa problemática.

Diante do exposto, é preciso que a problemática, consumo de drogas pelos adolescentes, seja vista em seus fatores de risco de maneira integral, visto que os comportamentos de risco estão inter-relacionados.

Os profissionais da educação em seus esforços preventivos devem atentar para esse comportamento de risco para que possam intervir de maneira eficaz. No atendimento aos jovens a postura moralista e autoritária deve ser esquecida, visto que a falta de adesão dos jovens mostra como essa maneira de intervenção é falha. Por se tratar de um problema que engloba múltiplos fatores, é necessária a adesão, da família, do grupo de amigos, da comunidade e da escola na prevenção do abuso de drogas. É importante que haja articulação dos órgãos responsáveis, dos serviços sociais, educacionais e de saúde numa visão multidisciplinar do problema.

Para a diretora da unidade escolar estudada as atividades complementares vêm contribuindo para o desenvolvimento do caráter, potencialidades e aprendizagem dentro da sala de aula, bem como o relacionamento com os cinco monitores das oficinas. O reflexo positivo não é apenas em classe, mas também em casa e na vida social de cada um. Portanto,

segundo a direção da escola as oficinas e projetos que escola vem desenvolvendo, ameniza e contribui como uma possibilidade de combater a problemática das drogas que a escola diariamente enfrenta.

Portanto os jovens estudantes da Escola Pública não estão predestinados ao consumo de drogas, todavia a pesquisa demonstra que os fatores de risco estão presentes no ambiente escolar, na família e no território de vida. A presença da droga ilícita é perceptível entre a comunidade. Mesmo que o número de consumidores seja pequeno, é suficientemente e preocupante e exige ações imediatas e contínuas. No que se refere à droga lícita, esta faz parte do cotidiano escolar, este dado não deixa de ser, também, relevante, pois expõe os jovens a uma naturalização do consumo. Isso dificulta o processo de tornar a escola um ambiente livre e protegido do consumo de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas.

Essa pesquisa não esgota todo assunto, sendo necessário expandir o debate e realizar novos levantamentos. Alguns dados apenas confirmam aquilo que já era previsto pela equipe pedagógica da escola. Medidas preventivas devem ser tomadas pelos órgãos governamentais no sentido de promover a convivência pacífica e combater a entrada dos jovens no mundo das drogas através de estratégias socioeducativas e de promoção e valorização da juventude.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Tâmara Porto de. A função educativa na prevenção do consumo abusivo de drogas. In: MEYER, Dagmar E. Estermann (org.). **Saúde na Escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

ARIÈS, Philippe (1981): **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

ABRAMOVAY, Miriam, **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas** / Miriam Abramovay, et alii. – Brasília: UNESCO, BID, 2002. 192 p.

ANDERMAN, E. M.; MAHER, M. L. **Motivação e aprendizagem para nível médio**. Revisão Educational Research, n.64, p. 287-309, 1994.

BRASIL, PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Política Nacional sobre Drogas. Brasília: SENAD, 2009.

_____, Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ministério da Saúde. 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

_____, Ministério da Saúde. **A situação do tabagismo no Brasil**. Ministério da Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

BORUCHOVITCH, E. Estratégias de aprendizagem e desempenho escolar: considerações para a prática educacional. *Psicologia: Reflexão e crítica*, v.12, n.2, p. 361-367, 1999.

CONHECER. Dicionário Aurélio. Disponível em: <http://www.dicionarioaurelio.com.br/>. Acesso em: 30 de Julho de 2015.

FILHO, Antônio Nery TORRES, Inês Maria Antunes Paes. (orgs). *Drogas: Isso lhe interessa? Confira aqui*. Salvador CETAD/UFBA/CPTT/PMV, 2002.

FONSECA, M. S. (2006), *Prevenção ao abuso de drogas na prática pedagógica dos professores do Ensino Fundamental*. Tese Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas –SP.

GATTI, Bernadete Angelina. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Plano Editora, 2002, v.1.

KAPLAN, A.; MAHER, M. L. **Adolescentes metas e realização**: situando a motivação em um contexto sócio cultural. In: PAJARES, F.; URDAN, T. (Eds.). *Academia de motivação para adolescentess*. Greenwich, Conn: Information Age Publishing, 2002. p.125-167.

LLORET, Caterina. **As outras idades ou as idades do outro**. In: Jorge Larrosa e Nuria Pérez de Lara (org.): *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, p.20, 1998.

LEVI, Giovanni e Jean-Claude Schmitt (org.): **História dos jovens**. Vol. 1. Da antiguidade à era moderna. São Paulo: Companhia das Letras, p.17, 1996.

MELUCCI, Alberto: **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Silvério da Costa. **Falando sobre drogas**. Rio de Janeiro: [s.n], 2007. p. 162.
PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates**: jovens, trabalho e futuro. Porto: Ambar, 2001.

SOARES, Cássia Baldini; JACOBI, Pedro Roberto. Adolescente, Drogas e Aids: avaliação de um programa de prevenção escolar. São Paulo: **Cadernos de pesquisa**, n.109, p.213-237, Março/2000.

SANTOS; Rosa Maria Silvestre. **Prevenção de drogas na escola: uma abordagem psicodramática**. 4º ed. Campinas - São Paulo: Papirus, 1997. 2004

SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia Científica: a construção do conhecimento. 3. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

STIPEK, D. **Motivação para aprender:** Da teoria para prática. 3.ed. Englewood Cliffs, N.J: Prentice Hall, 1998.

TIBA, Içami. Adolescentes Quem Ama Educa. 38ª Ed. São Paulo: Editora Hypegrae, 2005.

TIBA, IÇAMI. Disciplina Limite na Medida Certa. São Paulo: Editora Integrare, 2006.